



Relatório de Atividades Apresentação de Contas 2023

*Aprovado em Assembleia
Gera Ordinária*

ASSEMBLEIA GERAL

30 DE ABRIL 2024

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA LOURINHÃ

30-4-2024

[Signature]

[Signature]

por Miguel Antez Canas

Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da

Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

Lourinhã, Abril 2024

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação e aprovação de V. Exa. e restantes irmãos o Relatório e Contas de Gerência relativo ao exercício do ano de 2023.

Mais do que uma mera apresentação de resultados, realçamos o esforço de nortear a nossa ação de acordo com os objetivos estratégicos previamente definidos. É de ressalvar o empenho de todos os colaboradores e órgãos sociais em concretizar estes objetivos no dia-a-dia desta instituição.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

Vanda Claveira
Francisco José Pereira
Frei António Alves

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Índice

<i>Mensagem da Mesa Administrativa</i>	3
Caracterização Institucional	4
Âmbito geográfico de intervenção.....	4
Áreas Infância e Juventude.....	5
Área Idosos.....	7
Família e Comunidade.....	8
Culto e Cultura	9
Outras Atividades	10
Conclusões	11
Apresentação de Contas 2023	12
Despesas.....	13
Receitas	13
Informações complementares constantes nos mapas de gestão:.....	14
Evolução do Resultado Económico e Financeiro. Fonte: OCIP.....	15
Parecer do Conselho Fiscal.....	16





Mensagem da Mesa Administrativa

É com o intuito de transparência e responsabilidade que apresentamos de forma detalhada no Relatório de Atividades e Contas do Exercício, as receitas e despesas referentes ao ano de 2023. Os resultados obtidos ao longo deste ano, apesar de apresentarem défice, resultam dos vários desafios financeiros que vimos enfrentando ao longo dos vários anos, que apesar de não diminuírem também não sofreram aumento.

Relativamente às despesas, salientamos o aumento do custo de vida, o qual resultou no aumento dos bens essenciais de consumo e o aumento dos impostos. Apesar dos esforços para aumentar as receitas, com a participação da Misericórdia na ADL, Tasquinhas da Lourinhã e nas Jornadas Mundiais da Juventude, ainda enfrentamos dificuldades em cobrir todas as despesas decorrentes das atividades da instituição e da degradação dos edifícios e frota automóvel.

Foi um ano onde iniciamos a reorganização de serviços, reorganização das equipas e novas metodologias de trabalho, numa gestão eficiente de todos os nossos recursos.

Apesar das dificuldades, continuamos a trabalhar arduamente para cumprir a nossa missão de apoiar aqueles que mais necessitam, tentando manter sempre a qualidade dos nossos serviços e o compromisso com a comunidade.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e voluntários que contribuíram para os resultados alcançados em 2023. Contamos com o apoio de todos para superar os desafios e continuar a servir a comunidade com dignidade e responsabilidade.

Juntos, faremos a diferença.

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

Vanda Oliveira
Mónica Lúcia Apúrio
João António Silva e Silva

J.M.
Albano
B.

Caracterização Institucional

As origens históricas da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã remontam o seu início ao dia 15 de agosto 1498, dia da Assunção da Senhora, no entanto, só foi oficialmente instituída em 23 de julho de 1586 por Provisão Régia de D. Felipe II de Portugal e Espanha e a requerimento dos Oficiais da Câmara da Vila da Lourinhã.

Atualmente Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social desenvolve a sua atividade no concelho da Lourinhã, em 6 equipamentos, com respostas e serviços na área da infância e juventude, Idosos, Comunidade e Família e Saúde, mantém também Protocolo de Colaboração, no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar, no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) e Banco Alimentar Contra a Fome, prestando apoio a cerca de 875 indivíduos e conta com 136 colaboradores.

Âmbito geográfico de intervenção



Concelho da Lourinhã | União de freguesias da Lourinhã e Atalaia | Freguesia Reguengo Grande

Áreas Infância e Juventude

Quadro Síntese

Áreas de Intervenção	Resposta social Serviços	Média Utentes Frequência Mensal 2023
Infância e Juventude	Creche Lourinhã	52
	Creche Reguengo Grande	36
	JI-Pré-Escolar	85
	CATL	50
	Intervenção Precoce	55
	Centro de estudos	39

Na área de intervenção de infância e juventude a Misericórdia, desenvolve 5 respostas sociais, com acordo de cooperação com ISS, IP, Centro Distrital de Lisboa e uma resposta de âmbito privado. Todas as respostas encontram-se distribuídas por 3 edifícios/equipamentos, sendo que 2 dos edifícios situam-se na União das freguesias da Lourinhã e Atalaia e outro na freguesia do Reguengo Grande.

No decorrer do ano civil foram realizados e cumpridos os pressupostos definidos nos Projetos Pedagógicos e Curriculares de Grupo, bem como as atividades planeadas de âmbito geral para a área da infância e juventude (Comemoração de datas festivas, reuniões de Encarregados de Educação,

Salienta-se que no decorrer do ano 2023 existiu um aumento da capacidade e frequência nas respostas sociais de creche, resultante da candidatura efetuada ao abrigo da legislação da gratuidade para esta resposta social, o que se traduziu em mais 6 crianças na Creche da Lourinhã e 8 crianças na Creche do Reguengo Grande.

A resposta social de intervenção precoce, tem vindo aumentar significativamente nos apoios prestados pela equipa multidisciplinar, o que se traduziu na solicitação por parte da Misericórdia de revisão de acordo de cooperação para aumento de capacidade e crianças abrangidas. Até á presente data, aguarda-se da parte do ISS, IP, resposta ao pedido.

O serviço de Centro de Estudos de âmbito privado, também sofreu um aumento de frequência em cerca de 15 crianças, existido deste modo a necessidade de alargar os serviços ao 1º ciclo. Atualmente este serviço abrange os 3º ciclos do ensino básico, ou seja, da 1ª classe ao 9º ano com uma frequência de 54 crianças.

Salienta-se que o aumento de capacidade e respetiva frequência nas respostas sociais e serviços, só se efetivou em setembro de 2023, início do ano letivo 2023/2024.



Área Idosos

Quadro Síntese

Áreas de Intervenção	Resposta social Serviços	Média Utentes Frequência Mensal 2023
Idosos	ERPI	65
	SAD	42
	CD	30
	CC Academia	60

As respostas sociais da área dos idosos estão distribuídas por 3 edifícios designados por Equipamento lar da Misericórdia da Lourinhã, Equipamento Centro de Dia e Serviço de Apoio domiciliário da Santa casa da Misericórdia da Lourinhã – Seixal e Equipamento Academia Sénior.

Na área de idosos procedeu-se á reorganização da equipa e respostas sociais concentrando num único equipamento os serviços de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

A resposta de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas no âmbito da equipa também sofreu reestruturação, bem como as metodologias de trabalho, sempre com o objetivo de uma prestação de serviços com mais qualidade.

No final do ano de 2023, iniciou-se as obras do equipamento ERPI, resultante de candidatura ao PARES 3.0, as quais se prevê ter uma duração de 16 meses. Estas obras incidem na renovação de WC's, pisos e áreas em comum, por forma a serem respeitadas a legislação no âmbito das acessibilidades.

O Centro de Convívio, designado Academia Sénior funciona em regime de aulas de várias áreas, lecionadas por voluntários. O espaço é cedido pela autarquia tendo a Misericórdia a responsabilidade dos recursos humanos.



Família e Comunidade

Quadro Síntese

Áreas de Intervenção	Resposta social Serviços	Média Utentes Frequência Mensal 2023
Apoio Alimentar	POAPMC	110 indivíduos
	Cantina Social	48 indivíduos
	Serviço de Alimentação	34 indivíduos
	Banco alimentar	40 indivíduos

O apoio alimentar realizado pela Misericórdia da Lourinhã, enquadra-se em duas tipologias:

- Distribuição de distribuição de géneros alimentícios, secos e frescos no âmbito do POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas em parceria com a Camara Municipal da Lourinhã e Banco Alimentar em parceria com o Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa.
- Distribuição/fornecimento de refeições confeccionadas a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas



Culto e Cultura

Igreja da Misericórdia

Espaço de culto com celebração de eucaristia mensal e realização de funerais.



Irmandade dos Senhor dos Passos

Organização da procissão do Senhor dos Passos e Procissão Enterro do Senhor

Espaço Museológico da Misericórdia da Lourinhã

O espaço encontra-se em fase final de intervenção, estando-se a prever inauguração para meado do ano de 2024.

Este espaço albergará a exposição de obras de arte sacra e acervo documental da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, das quais se destaca, duas telas atribuídas ao mestre da Lourinhã, quatro tábuas de Lourenço de Salzedo, autor do altar-mor da igreja do Mosteiro dos Jerónimos, um conjunto de bandeiras da Misericórdia, dos séculos XVI ao XVIII, e obras de autores locais.



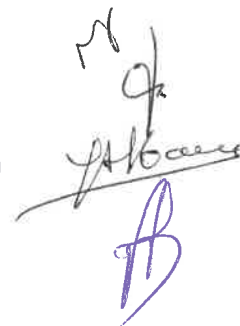
M
9
J. Almeida
A

Outras Atividades

No decorrer do ano 2023 a Santa Casa da Misericórdia ainda participou em vários eventos, organizados pela Camara Municipal da Lourinhã, União de Freguesias da Lourinhã e Atalaia, Junta de Freguesia do Reguengo Grande, Associação de Desenvolvimento Local da Lourinhã – ADL e fundação das Jornadas Mundiais da Juventude.

A participação da Misericórdia nestes eventos, teve como objetivo a angariação de fundos, bem como, divulgar a instituição com os seus serviços á comunidade da Lourinhã.





Conclusões

Podemos concluir que ao longo do desenvolvimento do plano de atividades, foi possível identificar a importância de estabelecer metas claras e objetivos mensuráveis para garantir o sucesso das ações realizadas. Além disso, a definição de responsáveis e tempos para a realização das atividades se mostrou fundamental para manter a equipa alinhada e empenhada.

A colaboração e comunicação constante entre os elementos das diversas equipas das respostas sociais, foram essenciais para garantir a concretização das atividades. Além disso, a avaliação periódica dos resultados obtidos e a realização de ajustes quando necessário contribuíram para o alcance dos objetivos.

Por fim, a revisão e atualização constante do plano de atividades se mostrou fundamental para acompanhar as mudanças no ambiente externo e garantir a eficácia das ações propostas. Através do comprometimento e trabalho em equipa, foi possível atingir os resultados esperados e contribuir para o sucesso da organização, numa melhor prestação de serviços e imagem para a comunidade.



Apresentação de Contas 2023



Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 501330240
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 004 830,37	2 029 904,67
Bens do património histórico e artístico e cultural		1 011 753,88	1 011 753,88
Ativos intangíveis		14 639,58	22 428,80
Investimentos financeiros		13 198,19	13 198,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		3 044 422,02	3 077 285,54
Ativo corrente			
Inventários		14 140,94	12 952,94
Créditos a receber		31 148,86	42 255,27
Estado e outros entes públicos		14 689,12	1 518,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	10 325,77
Outros ativos correntes		133 232,28	153 338,92
Caixa e depósitos bancários		85 288,54	87 570,20
		278 499,74	307 961,57
Total do ativo		3 322 921,76	3 385 247,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		91 576,84	91 576,84
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-898 151,17	-650 236,89
Excedentes de revalorização		566 812,30	566 812,30
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		2 204 589,25	2 230 458,18
		1 964 827,22	2 238 610,43
Resultado líquido do período		-194 840,43	-247 914,28
Total dos fundos patrimoniais		1 769 986,79	1 990 696,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		469 755,68	341 470,68
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		469 755,68	341 470,68
Passivo corrente			
Fornecedores		307 233,77	232 676,08
Estado e outros entes públicos		151 638,33	296 591,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		220 000,00	51 172,24
Diferimentos		34 113,56	64 267,21
Outros passivos correntes		370 193,63	408 373,15
		1 083 179,29	1 053 080,28
Total do passivo		1 552 934,97	1 394 550,96
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 322 921,76	3 385 247,11

A Direcção

Vanda Oliveira

Mélcia Neres Luzia Aguiar
Fernando Raul Pereira da Silva
João António Silva Campos

O responsável

Isidória M. S. Martins Pedro

0084736

Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

Contribuinte : 501330240

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		2.678.980,43	2 339 033,33
Subsídios, doações e legados à exploração		183.389,04	199 837,06
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-251.322,88	-265 853,74
Fornecimentos e serviços externos		-477.946,12	-442 807,36
Gastos com o pessoal		-2.491.869,42	-2 037 238,69
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		307.167,62	96 257,05
Outros gastos		-29.500,75	-47 382,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-81.102,08	-158 155,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-86.717,10	-82 828,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-167.819,18	-240 983,79
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-27.021,25	-6 930,49
Resultados antes de impostos		-194.840,43	-247 914,28
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-194.840,43	-247 914,28

Vanda Oliveira
João Antunes da Luz Ramos
Técnic. de Cont. e Fin. Agr. 11

Gracinda M. S. Matias Pedro
0084736

[Assinatura]

Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 363 405,69	1 102 584,46
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		1 060 485,37	-539 860,48
Pagamentos ao pessoal		1 539 039,75	-1 328 928,92
Caixa gerada pelas operações		-1 236 156,91	-766 204,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		955 035,25	1 330 459,68
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-281 102,92	-564 254,74
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		4 062,54	-62 908,76
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-5 038,89
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		12 000,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	471,11
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		7 937,46	-67 476,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	58 420,00
Realização de fundos		0,00	12 245,15
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-283 885,01	-446 463,10
Juros e gastos similares		13 001,21	-45 463,10
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		270 883,80	-421 609,53
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-2 281,66	75 168,67
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		87 570,20	12 509,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		85 288,54	87 570,20

A Direcção
Karla Oliveira

O Responsável

Graciela M. S. Matias Pedro
 @ 84736

João António Silva Ramos
Mário Reis Vieira Aguiar

Parecer do Conselho Fiscal

Santa Casa da Misericórdia de Lourinhã	 Santa Casa da Misericórdia de Lourinhã
Parecer do Conselho Fiscal 2023	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, reunido em sessão Ordinária no dia 27 de abril de 2024, deliberou, nos termos do ponto 1, alínea a) do artigo 31º do respetivo Compromisso, emitir o seu parecer sobre as contas de gerência respeitantes ao ano de 2023.

Constata-se, e sentimos a obrigação de comunicar à Assembleia, que a contabilidade desta Instituição continua a estar muito bem organizada e seguindo as regras exigidas.

Verificou-se que foram extraídos mensalmente balancetes e juntos os respetivos extratos de Contas. Verificamos também que as contas foram verificadas por um Revisor Oficial de Contas, tendo-nos sido facultados a Declaração do Órgão de Gestão.

Todas as receitas e despesas encontram-se devidamente documentadas, achando-se os respetivos documentos arquivados em pastas próprias e de fácil consulta.

O Conselho Fiscal informa que o saldo apresentado nos respetivos balancetes e mapas, é transparente e elucidativo.

Pelos fatos acima expostos, o Conselho Fiscal propõe à Assembleia que o relatório e as contas apresentadas, sejam aprovadas.

O Conselho Fiscal propõe à Assembleia, um voto de louvor à mesa e também a todos os funcionários desta Instituição, pelo empenho e dedicação demonstrado no seu trabalho.

O Conselho Fiscal

Tânia Nunes 




Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

Anexo

31 de dezembro de 2023

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	6
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	18
6	Ativos Intangíveis	20
7	Ativos não correntes detidos para venda	21
8	Custos de Empréstimos Obtidos	21
9	Inventários	21
10	Rédito	21
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	22
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo	22
12	Imposto sobre o Rendimento	23
13	Benefícios dos empregados	23
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	23
15	Outras Informações.....	23
15.1	Investimentos Financeiros	24
15.3	Clientes e Utentes	24
15.4	Outras contas a receber	24
15.5	Diferimentos	24
15.7	Caixa e Depósitos Bancários	24
15.8	Fundos Patrimoniais.....	25
15.9	Fornecedores	25
15.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	25
15.11	Outras Contas a Pagar.....	25
15.13	Subsídios, doações e legados à exploração	26
15.14	Fornecimentos e serviços externos.....	26
15.15	Outros rendimentos.....	26
15.16	Outros gastos	27
15.17	Resultados Financeiros.....	27
15.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	27

71
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, com sede no Largo Mestre Anacleto Marcos da Silva, 2530-124 Lourinhã, é uma pessoa coletiva devidamente registada, a título definitivo, na Direção-Geral da Segurança Social desde o dia 2 de outubro de 1984. O respetivo registo consta no Livro 01 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 18/84, nas folhas 172 e respetivo verso, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

Atualmente, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, desenvolve a sua atividade no concelho da Lourinhã através de seis equipamentos, oferecendo respostas e serviços nas áreas da infância e juventude, pessoas idosas, comunidade e família, e saúde.

A Instituição mantém, igualmente, protocolos de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais, no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), bem como com o Banco Alimentar Contra a Fome.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.1 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.2 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2023.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2023.

Na sequência da aprovação, pelo Comité de Normalização Contabilística Empresarial (CNCE) em 24 de novembro de 2023, da FAQ 39 relativamente ao enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, A Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã procedeu à reclassificação das verbas relativas aos acordos típicos (dependentes da variação de frequência dos utentes) da rubrica de Subsídios, Doações e Legados à Exploração para a rubrica de Vendas e Serviços Prestados, no montante de 1 194 228,86 euros.

De acordo com o SNC-ESNL a alteração de uma política contabilística deve ser aplicada retrospectivamente pelo que teve o seguinte impacto em 2022:

Rubrica	2022	Reclassificação	Saldo reexpresso
Prestação de serviços	1 119 207,03	1 192 700,30	2 311 907,33
Subsídios, doações e legados à exploração	1 392 537,36	(1 192 700,30)	199 837,06



3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou

menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 - 4
Outros Ativos Intangíveis	3 - 4

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição

necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Em Investimentos Financeiros constam os Fundos de Compensação de Trabalho, constante do Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, que corresponde a um fundo de capitalização individual, pretendendo garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de outubro de 2013.

No caso de cessação do contrato de trabalho o valor individualizado do respetivo trabalhador é desreconhecido dos investimentos financeiros, aquando do seu reembolso.

A Lei nº 3/2023, de 3 de abril, veio introduzir alterações relativamente aos Fundos de Compensação, suspendendo assim algumas obrigações que a Lei 70/2013 impõe aos empregadores, entre as quais, o término das contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e a suspensão para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Museu

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	1 000 000,00					1 011 753,88
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	1 000 000,00	11 753,88				1 011 753,88
Ativos fixos tangíveis em curso	222 983,50	48 915,18				271 898,68
Total	1 222 983,50	60 669,06	0,00	0,00	0,00	1 283 652,56

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	1 011 753,88					1 011 753,88
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	1 011 753,88					1 011 753,88
Ativos fixos tangíveis em curso	271 898,68					271 898,68
Total	1 283 652,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1 283 652,56

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	188 746,91					188 746,91
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	2 686 886,71	1 887,98				2 688 774,69
Equipamento básico	556 050,19	30 317,14				586 367,33
Equipamento de transporte	144 083,33	25 420,00				169 503,33
Equipamento administrativo	42 070,07					42 070,07
Outros Ativos fixos tangíveis	30 919,70					30 919,70
Ativos fixos tangíveis em curso	77 380,00	4 485,21				81 865,21
Total	3 728 118,44	62 110,33	0,00	0,00	0,00	3 790 228,77
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	1 218 762,51	57 871,12				1 276 633,63
Equipamento básico	527 792,28	11 924,20				539 716,48
Equipamento de transporte	139 175,93	7 557,44				146 733,37
Equipamento administrativo	37 488,67	1 802,62				39 291,29
Outros Ativos fixos tangíveis	25 415,28	2 451,20				27 866,48
Total	1 950 616,20	81 606,58	0,00	0,00	0,00	2 032 222,78
Total Líquido						1 758 005,99

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	188 746,91					188 746,91
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	2 688 774,69					2 688 774,69
Equipamento básico	586 367,33					586 367,33
Equipamento de transporte	169 503,33	41 820,00				211 323,33
Equipamento administrativo	42 070,07					42 070,07
Outros Ativos fixos tangíveis	30 919,70					30 919,70
Ativos fixos tangíveis em curso	81 865,21	12 033,58				93 898,79
Total	3 790 228,77	53 853,58	0,00	0,00	0,00	3 844 082,35
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	1 276 633,63	59 153,44				1 335 787,07

Equipamento básico	539 716,48	6 284,53				546 001,01
Equipamento de transporte	146 733,37	8 087,02				154 820,39
Equipamento administrativo	39 291,29	3 389,56				42 680,85
Outros Ativos fixos tangíveis	27 866,48	2 013,33				29 879,81
Total	2 032 222,78	78 927,88	0,00	0,00	0,00	2 111 150,66
Total Líquido						1 732 931,69

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	4 272,41					4 272,41
Outros Ativos intangíveis	1 107,00	23 370,00				24 477,00
Total	5 379,41	23 370,00	0,00	0,00	0,00	28 749,41
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	3 991,51	280,90				4 272,41
Outros Ativos intangíveis	1 107,00	941,20				2 048,20
Total	5 098,51	1 222,10	0,00	0,00	0,00	6 320,61
Total Líquido						22 428,80

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	4 272,41					4 272,41
Outros Ativos intangíveis	24 477,00					24 477,00
Total	28 749,41	0,00	0,00	0,00	0,00	28 749,41
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	4 272,41					4 272,41
Outros Ativos intangíveis	2 048,20	7 789,22				9 837,42

Total	6 320,61	7 789,22	0,00	0,00	0,00	14 109,83
Total Líquido						14 639,58

7 Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2023 a entidade tinha o seguinte bem detido para venda:

Prédio rustico C-98, valorizado por 72,28€

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	170 000,00	469 755,68	639 755,68	0,00	341 470,68	341 470,68
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	1 172,24	0,00	1 172,24
Descobertos Bancários	50 000,00	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	50 000,00
Total	220 000,00	469 755,68	639 755,68	51 172,24	341 470,68	392 642,92

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	2022				2023		
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	5 042,20	23 814,16		3 300,60	38 922,66	0,00	38 922,66
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 000,51	245 468,32	-1 518,51	9 652,34	362 618,73	-149 030,51	362 618,73
Total	11 047,71	269 282,48	-1 515,51	12 952,94	401 541,39	-149 030,51	401 541,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			265 853,74				251 322,88

10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	35 710,71	27 126,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores, matrículas e mensalidades	1 241 970,22	1 118 859,03
Quotas e joias	408,00	348,00

Acordos Cooperação Segurança Social (Típicos)	1 302 787,65	1 192 700,30
Eventos	48 613,50	0,00
Serviços Secundários	49 490,35	0,00
Total	2 678 980,43	2 339 033,33
Rendimentos suplementares	140 053,08	3 893,55
Total	2 819 034,23	2 244 455,44

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Ativos e Passivos contingentes

A Entidade não tem quaisquer ativos e passivos contingentes que devam ser divulgados.

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Saldo Inicial 2023	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 2023
Centro Regional da Segurança Social	667 591,10		47 685,08	619 906,02
Câmara Municipal da Lourinhã	27 932,64		1 995,20	25 937,44
Câmara Municipal da Lourinhã-Museu	80 000,00		8 008,72	71 991,28
PRR – Mobilidade Verde	0,00	25 000,00	1 041,68	23 958,32
Total	775 523,74	25 000,00	58 730,68	741 793,06

Os Subsídios à exploração imputam-se como rendimentos do exercício.

Subsídio à Exploração:	2023	2022
I.S.S., IP		
POAPMC	233,52	0,00
Lay-Off	0,00	7 134,50
IAPMEI	0,00	6 720,00
Compensação salarial JI	3 313,32	82 551,44
Subsídio Funeral	1 872,48	1 472,92
Cantina Social	0,00	6 410,00
I.E.F.P.	16 094,57	26 467,02
Outros Subsídios à Exploração		
Câmara Municipal da Lourinhã / Freguesia Lourinhã e Reguengo Grande	65 250,00	53 335,89
Consignação IRS	2 708,40	2 362,65
Outros	1 194,64	10 000,00
TOTAL	90 666,93	196 454,42

12 Imposto sobre o Rendimento

Não se verificou imposto sobre o rendimento a pagar.

13 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

- Dr. ^a Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira – Provedora; auferir o valor de mensal de 565,00€

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de “135”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	6 780,00	6 780,00
Remunerações ao pessoal	2 033 503,63	1 651 499,52
Indemnizações	608,00	1 590,58
Encargos sobre as Remunerações	422 882,56	368 456,58
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	22 664,11	7 335,01
Gastos de Ação Social	0,00	1 577,00
Total	2 491 869,42	2 037 238,69

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas à segurança social no valor de 270 478,09€.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Fundo de Compensação	13 125,91	13 125,91
Total	13 125,91	13 125,91

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	108,00	0,00
Utentes	31 040,86	42 147,27
Total	31 148,86	42 147,27

15.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	500,00
Pessoal	0,00	11 267,67
Devedores por acréscimos de rendimentos	80 960,28	80 960,28
Outros Devedores	52 272,00	60 611,00
Total	133 232,28	153 338,92

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Rendimentos a Reconhecer	34 113,56	64 267,21

15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	680,35	108,00
Depósitos à ordem	84 608,19	137 738,29
Total	85 288,54	137 755,01

15.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em, 2023:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	91 576,84	0,00	0,00	91 576,84
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-650 236,89	0,00	-247 914,28	-898 151,17
Excedentes de revalorização	566 812,30	0,00	0,00	566 812,30
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 230 458,18	49 880,29	-75 749,22	2 204 589,25
Total	2 238 610,43	49 880,29	-323 663,50	1 964 827,22

15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	307 233,77	232 176,08
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	307 233,77	232 176,08

15.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14 689,12	1 518,47
Total	14 689,12	1 518,47
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	13 846,86	25 510,94
Segurança Social	137 791,47	270 478,09
Outros Impostos e Taxas	0,00	602,57
Total	151 638,33	296 591,60

15.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
	Corrente	Corrente
Pessoal		
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Outras operações	1 169,01	199,60
Fornecedores de Investimentos	4 611,00	4 611,00
Credores por acréscimo de gastos	288 127,21	288 127,21
Outros credores	76 286,41	115 435,34

Total	370 193,63	408 373,15
--------------	-------------------	-------------------

15.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	90 666,93	186 454,42
Subsídios de outras entidades	1 000,00	10 000,00
Doações e heranças	91 722,11	3 382,64
Total	183 389,04	199 837,06

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

15.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	250 050,01	204 200,51
Materiais	15 727,76	22 727,18
Energia e fluidos	113 783,25	121 531,53
Deslocações, estadas e transportes	2 320,46	2 523,16
Serviços diversos	96 064,64	93 032,31
Total	477 946,12	444 014,69

15.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	140 053,08	3 893,55
Descontos Pronto pagamento	0,00	32 319,90
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12 000,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	12 673,78	17 547,32
Outros rendimentos:		
Correções relativas a períodos anteriores	46 097,30	14 834,80
Subsídios ao Investimento	50 909,08	
Restituição de Impostos	17 035,65	
Falta de aviso prévio	2 179,35	2 310,40
Outros não especificados	26 219,38	25 351,08
Total	307 167,62	96 257,05

15.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	1 394,24	1 669,16
Outros Gastos:		
Correções anos anteriores	22 458,26	23 714,93
Donativos	0,00	125,00
Quotizações	948,25	1 397,38
Outros	4 700,00	920,40
Total	29 500,75	45 463,10

15.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	26 791,12	6 930,49
Outros gastos e perdas de financiamento	230,13	1 919,66
Total	27 021,25	8 850,15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-27 021,25	-8 850,15

15.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa a 30 de abril de 2024.

Lourinhã, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

Quitéria A.S. Martins Pedro

A Mesa Administrativa

Karla Oliveira
fernando Rui Pereira Silva

